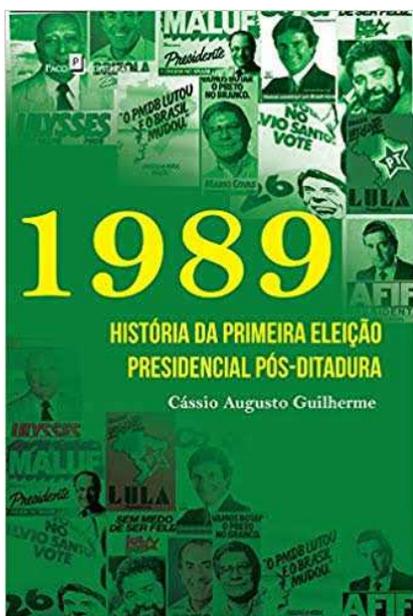


RESENHA

GUILHERME, Cássio Augusto S. A.. 1989: história da primeira eleição presidencial pós-ditadura. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

Farsa, fraude e tragédia: o contexto social e político da primeira eleição presidencial pós-ditadura militar

REGINA CÉLIA DAEFIOL*



“A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”. A citação de Marc Bloch, que abre o livro “1989: História da primeira eleição presidencial pós-ditadura”, resume bem a importância da obra do historiador Cássio Augusto Guilherme. Se hoje nos deparamos com um cenário desolador na política brasileira, é olhando para o passado que conseguiremos compreender o processo que nos conduziu até aqui.

Com base na crítica da fonte, que deve pautar um bom trabalho de pesquisa historiográfica, o autor enumera fatos,

acontecimentos e as ações das forças sociais e políticas que compuseram o contexto da primeira eleição presidencial após o fim da ditadura militar, em 1989. Conforme o próprio autor ressalta, a eleição de Fernando Collor de Mello guarda incômodas semelhanças com a eleição de 2018, que conduziu Jair Bolsonaro ao poder. A premissa de que a história não se repete é básica para qualquer historiador, mas, como coloca Guilherme, a história política brasileira parece tender “a se repetir sempre como farsa, fraude e tragédia” (p.28).

Para se debruçar sobre o período, o autor utilizou como fonte a imprensa escrita, mais especificamente o jornal O Estado de São Paulo, um dos grandes veículos da mídia corporativa, cujo posicionamento ideológico à direita e a favor de posições liberais na economia sempre foi declarado. A partir de sua fonte, e com apoio de uma robusta e diversificada bibliografia, Guilherme analisa aspectos como a crise econômica dos anos 1980, o processo de transição sem ruptura depois do fim ditadura militar, a atuação da grande imprensa, o embate ideológico entre esquerda e direita sob o discurso alarmista do anticomunismo (impressionante semelhança com o discurso do antipetismo pré-eleições de 2018), o financiamento

empresarial de campanhas políticas, e – outra perturbadora semelhança com o contexto eleitoral mais recente – a fabricação de Fernando Collor como um candidato “patriota, com promessas de moralizar a política e acabar com as mamatas estatais, mas que no poder se revelou um fracasso administrativo e ético” (p. 21).

Ao analisar o contexto das eleições de 1989, Guilherme buscou desconstruir algumas ideias de senso comum, como, por exemplo, a de que os militares, com o fim da ditadura, voltaram aos quartéis e o poder político ficou nas mãos dos civis. O autor demonstra que a tutela militar permeou todo o governo de José Sarney. Sem legitimidade e nem mesmo carisma, uma vez que sempre transitou nos subterrâneos do mundo político, Sarney só conseguiria manter seu governo com apoio dos militares. Ou seja, a ditadura parecia ter chegado ao fim com o término do governo de João Figueiredo; porém, a tutela militar se arrastaria por mais cinco anos e se estenderia até o período das eleições de 1989.

Esse fato traz ecos de diversos momentos da história brasileira, em que as mudanças políticas ocorreram sem que se rompesse com o antigo modelo. E aqui se faz necessário nos concentrarmos nas estruturas inscritas na longa duração para compreender os processos da curta duração. Afinal, a história se dá na intersecção entre o presente e o passado de longa duração.

Após a independência de Portugal, o Brasil manteve-se atado à monarquia, tornando-se o único império no meio de diversas repúblicas na América Latina. Na proclamação da República, quando o país, por meio de um golpe de Estado, mudou seu regime da noite para o dia, foram mantidas práticas políticas do antigo regime, como o patrimonialismo, o mandonismo e o autoritarismo, e não foram tratados os traumas e consequências de um sistema escravagista que durou quase quatro séculos

e que foi abolido pouco mais de um ano antes do fim da monarquia como um dos últimos a persistir no mundo.

O fim do governo João Figueiredo, último ditador militar, em 1985, deixou como herança o maior índice de inflação da história brasileira, que se refletiu de maneira mais perversa no salário dos trabalhadores. O processo de desvalorização dos salários e de empobrecimento do operariado levaram o país a presenciar, no final da década de 1970 e início da de 1980, grandes manifestações e greves do movimento operário, especialmente entre os metalúrgicos. Neste cenário, começam a despontar o líder sindical Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores (PT), que viriam a ser personagens centrais das eleições de 1989.

Sucessivos planos econômicos, que incluíram congelamentos de preços, não deram conta de colocar a economia nos trilhos. Na política, as manifestações pelas Diretas Já ganharam corpo nas ruas e a chamada “Constituição Cidadã” de 1988 foi promulgada. Em um contexto de crise econômica e de grande agitação no cenário político, o país chega a 1989 com a possibilidade concreta de crescimento das forças políticas de esquerda, ancoradas em duas figuras em especial, Leonel Brizola, do PDT, e Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Analisando sua fonte, o jornal Estado de São Paulo, Cássio Guilherme consegue mapear o temor que esse fato incutiu no imaginário das elites políticas, militares e empresariais naquele momento. E o temor era ainda maior porque não havia um candidato de consenso para fazer frente às emergentes forças políticas de esquerda.

Nesse contexto ocorre a construção da candidatura vitoriosa de Fernando Collor de Mello, conhecido apenas no cenário político de Alagoas, seu estado de origem. Nomeado pela ditadura militar como prefeito de Maceió, Collor de Mello elegeu-se

governador tirando proveito do Plano Cruzado, apontado pelo autor como o grande “estelionato eleitoral” de José Sarney. Guilherme vai desvendando os caminhos percorridos para a construção da candidatura Collor, que se deu com a contribuição de empresários e de jornalistas com bom trânsito nos grandes veículos de comunicação. Esse fato garantiu a “venda” de Collor de Mello como um político jovem e dinâmico, que passou a ocupar capas de revistas e jornais influentes, bem como a ser objeto de matérias em jornais. Daí para a decolagem do político que ficou conhecido como o “caçador de marajás” foi apenas uma questão de tempo.

Herdeiro de um conglomerado de veículos de comunicação, entre jornais, rádios e emissoras de televisão, Collor de Mello aproveitou não só essa máquina de mídia em suas mãos, como também soube explorar o tempo de TV de pequenos partidos conhecidos na época como “de aluguel”. A televisão tornou-se seu grande palanque eleitoral para dar publicidade à retórica de oposição ferrenha a Sarney – nessas alturas visto como o político do qual todos queriam distância – e dar ênfase ao caráter moralizador, incorruptível e jovem de sua candidatura. E, mais uma semelhança como o pleito presidencial de 2018, desvinculado da “política tradicional”. (p. 102).

O livro também aborda a atuação das Organizações Globo, de Roberto Marinho, na construção da candidatura Collor, como a edição tendenciosa do último debate entre ele e Lula veiculada pelo Jornal Nacional às vésperas da votação do segundo turno. O resultado todos conhecem: Collor derrotou

Lula, implantou medidas que impactaram negativamente a vida dos brasileiros - como o Plano Collor, que confiscou as cadernetas de poupança - e acabou renunciando antes que sofresse impeachment em função de um longo processo por corrupção em seu governo e de suspeitas de arrecadação de dinheiro de forma ilegal pelo seu fiel escudeiro, Paulo Cesar Farias, assassinado em 1996, em circunstâncias até hoje não esclarecidas.

Se hoje percebemos no cenário político semelhanças com o que já ocorreu, é preciso considerar que história é processo. E, como tal, não se repete. Mas é preciso reconhecer no presente as marcas do passado, especialmente das questões mal resolvidas ou simplesmente empurradas para debaixo do tapete da memória. Obras como a do historiador Cássio Augusto Guilherme ajudam a sacudir a poeira de tais memórias e a lançar um olhar ao passado em busca da compreensão dos acontecimentos do presente.

Sobre o autor

Cássio Augusto Guilherme é graduado em História pela Faculdade Estadual de Educação, Ciência e Letras de Paranaíba, em Direito pela Universidade Paranaense e mestre em História pela Universidade Estadual de Maringá. Atualmente é Professor Assistente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá.

*Recebido em 2020-02-11
Publicado em 2020-02-28*



* REGINA CÉLIA DAEFIOL é jornalista e historiadora. Atualmente é mestranda do

Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, na área de História Política.